



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 3, DE 2026

(nº 72/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 72

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de janeiro de 2026.



EXM nº 978/2025

Brasília, 18 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 18/12/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7227840** e o código CRC **7E404B08** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00333.001814/2025-66

SEI nº 7225424



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 102/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2026, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7320106** e o código CRC **7FDF5FAB** no site:
[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001829/2025-24

SEI nº 7320106

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE PEÑA GHISLENI

CPF.: Informações Pessoais

ID.: Informações Pessoais

1969 Filho de [REDACTED] Informações Pessoais

Dados Acadêmicos:

- 1990 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1994 CPCD, IRBr
2004 CAD, IRBr
2011 LVI CAE - IRBr - Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas - com louvor

Cargos:

- 1995 Terceiro-secretário
2000 Segundo-secretário
2004 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro
2012 Ministro de segunda classe
2022 Ministro de primeira classe

Funções:

- 1996-2000 Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, assistente
2000-03 Delegação Permanente em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
2003-05 Secretaria de Planejamento Diplomático, assistente
2005-07 Gabinete do Ministro, assessor
2007-10 Embaixada em Washington, conselheiro
2011-13 Embaixada em Havana, conselheiro comissionado ministro-conselheiro e ministro-conselheiro
2013-19 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, diretor
2019-22 Departamento de Promoção do Agronegócio, diretor
2022-23 Departamento de Energia e Agronegócio, diretor
2023 Departamento de Energia, diretor
2023-25 Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, chefe
2025- Departamento de Política Econômica, Financeira e de Serviços, diretor

Obras Publicadas:

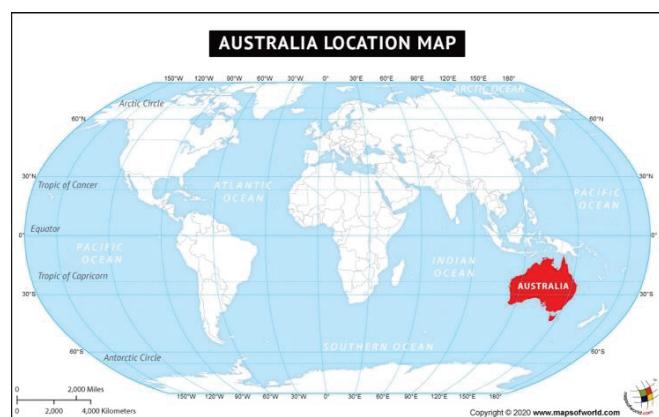
- 2008 A Incompatibilidade entre o Racismo e a Democracia: uma iniciativa brasileira na Comissão de Direitos Humanos. In: O Brasil e a ONU/Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. pp. 205-16
- 2011 Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292 p.
- 2019 Subsídios Agrícolas: uma tarefa inconclusa da OMC. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Edição 140, julho-setembro de 2019. Rio de Janeiro: FUNCEX, 2019. pp. 20-27

Condecorações:

- 1996 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de bronze
- 2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)**

AUSTRÁLIA



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27.204.809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal <i>per capita</i> (2024)	US\$ 64.404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 71.193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10º) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005,3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612,6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sam Mostyn

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.

VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedeu esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14^a economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as

importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do

país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a

renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/biocombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. No contexto da meta nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi reaizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Addidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação

Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS

Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração

Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio

Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais

Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita

de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para

a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália–Reino Unido–Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,

tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juízes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália

1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradção entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra

2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae (<i>desde fevereiro de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape (<i>desde maio de 2019</i>)
CHANCELER	Justin Tkatchenko (<i>desde janeiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2024)	US\$ 3,076.5 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 4,888.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

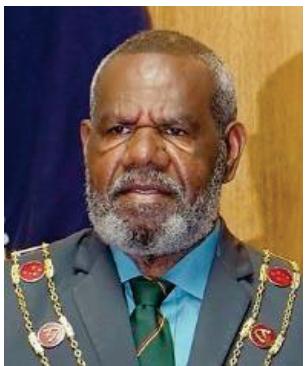
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Economia (Comextat)*

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, interinamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tkatchenko.

Justin Tkatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da Commonwealth (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões

sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).

POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

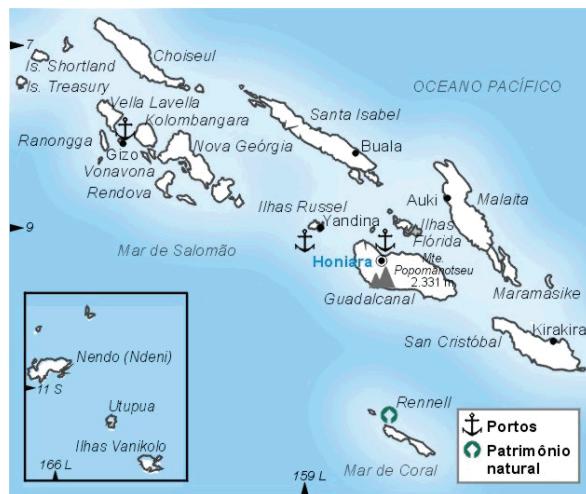
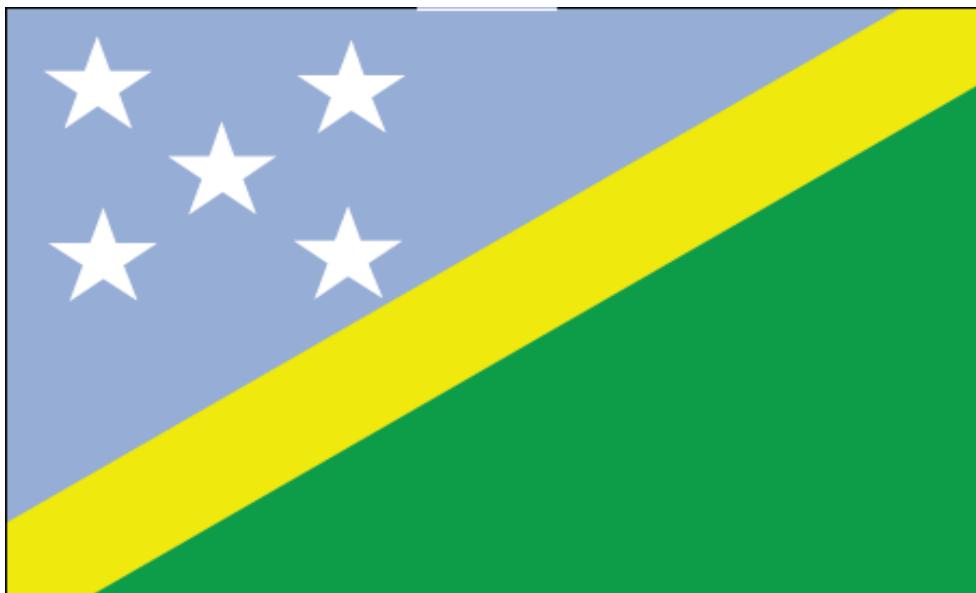
Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km ² (mais de 922 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (<i>desde maio de 2024</i>).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (desde maio de 2024)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.15 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.87 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (desde 08/08/2023)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: (Comexstat)*

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Tiva Kapu *Governador-Geral*



David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele *Primeiro-Ministro*



Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka *Ministro de Negócios Estrangeiros*



Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correcional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitoria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitoria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitoria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177^a economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

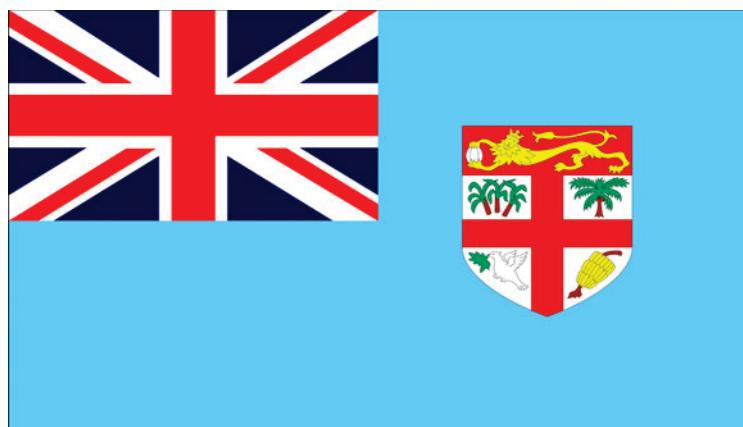
As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS

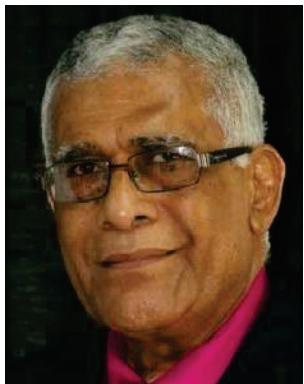
NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km ² (332 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (<i>desde novembro de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5.888 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 13.562,38 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (<i>a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comextat.mdic.gov.br

BRASIL⇒ FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Naiqma Lalabalavu *Presidente*



Ratu Naiqama Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka *Primeiro-Ministro* *Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional*



Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao ceremonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d’Água, Andrew

Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10/05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiroma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeath Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasucro e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;

e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades in vitro para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte

A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos

Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.

Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuuale Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

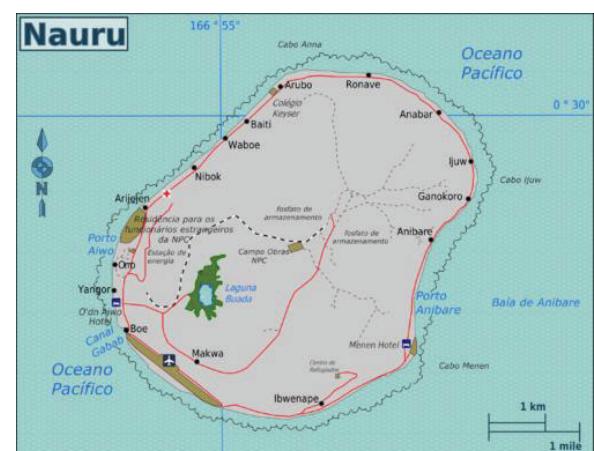
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CIA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694

PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang *Presidente de Nauru*



cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea

Ministro de Negócios Estrangeiros



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francilia Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauruanas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.

No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,

foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,

em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maioria parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.

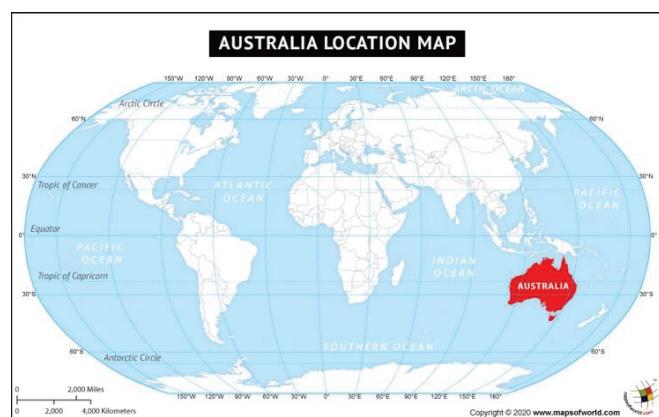
CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)**

AUSTRÁLIA



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27.204.809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal <i>per capita</i> (2024)	US\$ 64.404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 71.193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10º) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005,3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612,6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sam Mostyn

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.

VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedeu esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14^a economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as

importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do

país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a

renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/biocombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. **No contexto da meta** nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi reaizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Addidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação

Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS

Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração

Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio

Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais

Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita

de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para

a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália–Reino Unido–Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,

tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juízes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália

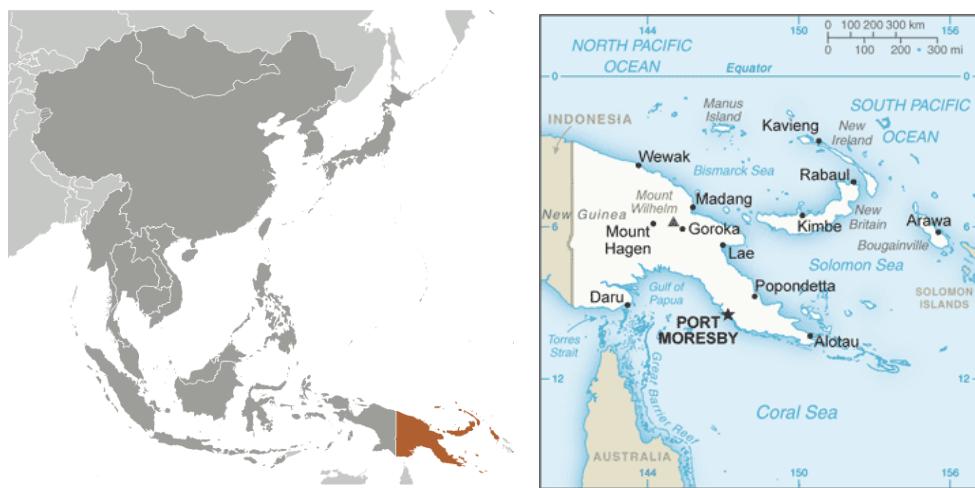
1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradção entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra

2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae (<i>desde fevereiro de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape (<i>desde maio de 2019</i>)
CHANCELER	Justin Tkatchenko (<i>desde janeiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2024)	US\$ 3,076.5 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 4,888.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

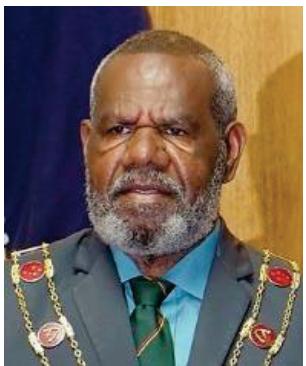
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, interinamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tkatchenko.

Justin Tkatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da Commonwealth (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões

sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).

POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

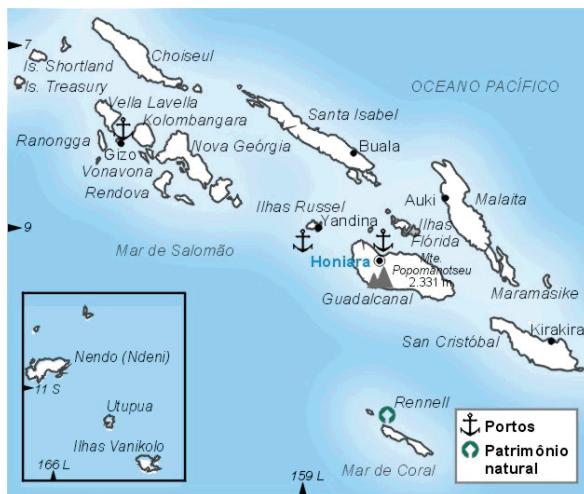
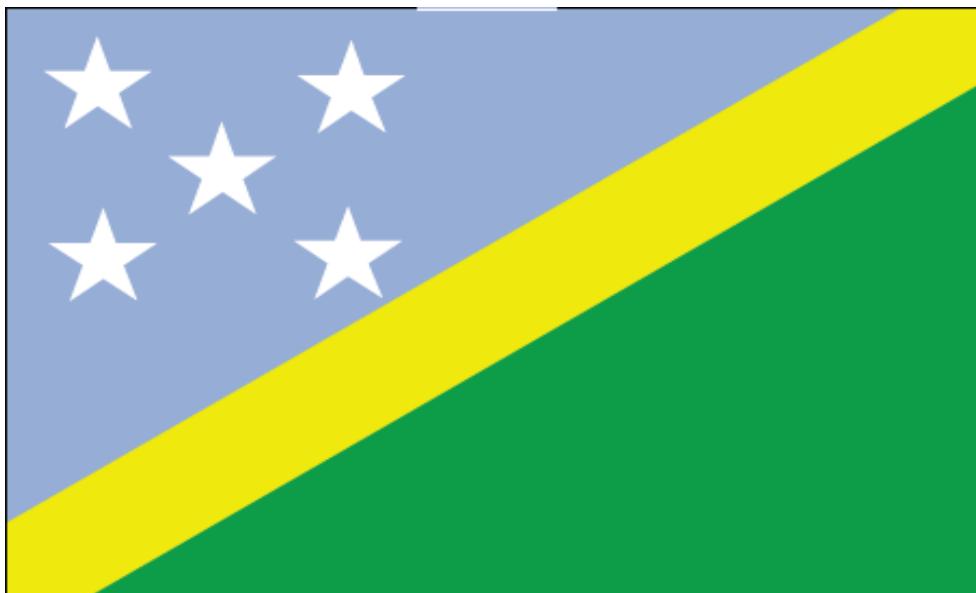
Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km ² (mais de 922 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (<i>desde maio de 2024</i>).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (desde maio de 2024)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.15 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.87 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (desde 08/08/2023)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: (Comexstat)*

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Tiva Kapu *Governador-Geral*



David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele *Primeiro-Ministro*



Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka *Ministro de Negócios Estrangeiros*



Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correcional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitoria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitoria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitoria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177^a economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

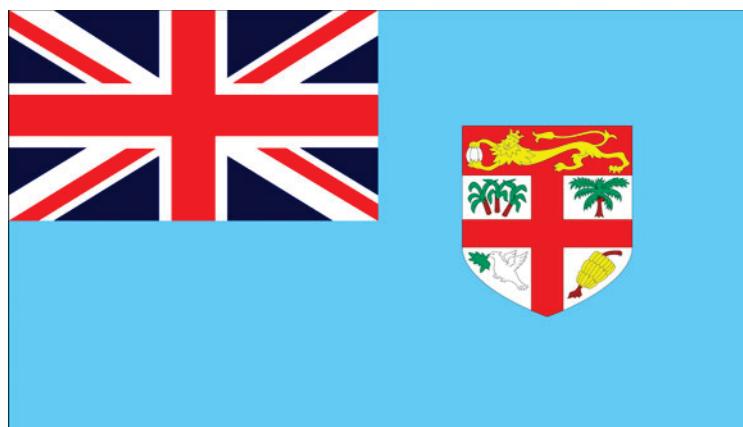
As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS

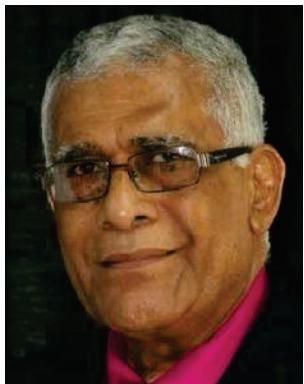
NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km ² (332 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (<i>desde novembro de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5.888 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 13.562,38 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (<i>a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comextat.mdic.gov.br

BRASIL⇒ FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Naiqma Lalabalavu *Presidente*



Ratu Naiqama Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka *Primeiro-Ministro* *Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional*



Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao ceremonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d’Água, Andrew

Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10/05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiroma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeath Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasucro e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;

e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades in vitro para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte

A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos

Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.

Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuuale Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

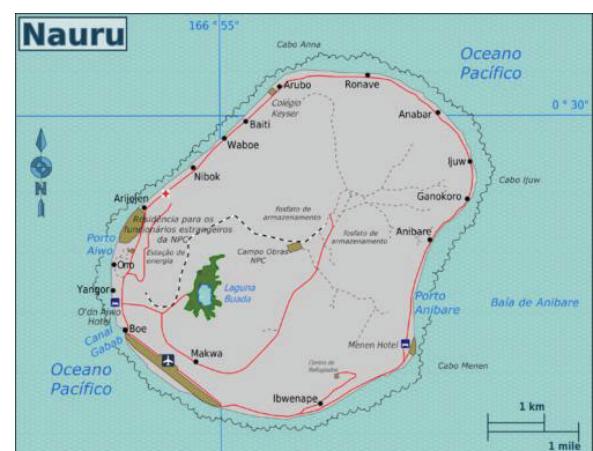
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU



**Maço ostensivo
Dezembro de 2025**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CIA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694

PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang *Presidente de Nauru*



David Ranibok Waiau Adeang é o parlamentar há mais tempo em exercício em Nauru, eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito sucessivamente desde então. Exerceu a Presidência do Parlamento (*Speaker*) em duas ocasiões, em 2004 e em 2008. Foi eleito Presidente da República de Nauru pelo Parlamento em 30 de outubro de 2023 e, após novo pleito parlamentar, foi reconduzido ao

cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea *Ministro de Negócios Estrangeiros*



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francilia Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauruanas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.

No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,

foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,

em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maioria parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

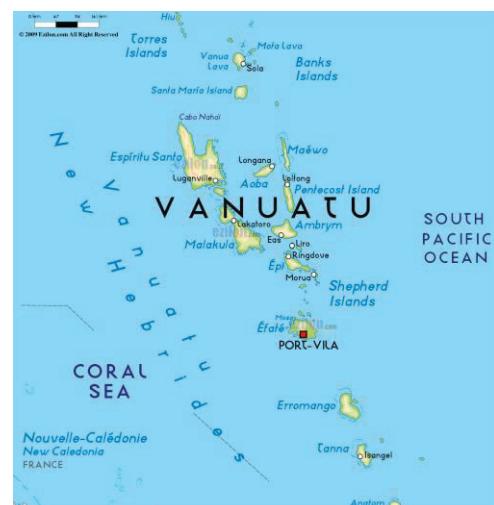
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

VANUATU



MAÇO OSTENSIVO
Novembro de 2025

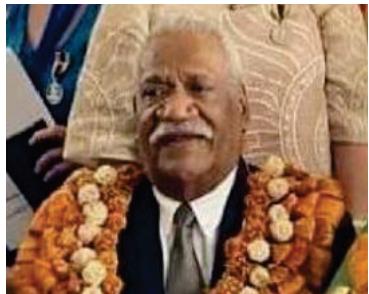
DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU	
NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	vanuatuense
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12 190 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	320,409 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), Anglicanos (15,1%), Católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nikenike Vurobaravu (<i>desde julho de 2022</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jotham Napat (<i>desde fevereiro de 2025</i>)
CHANCELER	Marc Ati (desde 2025)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 1,12 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 1,11 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 3,367,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 3,315,1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2022)	1,8% (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,614 (140º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,4 anos (<i>PNUD</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	5,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL – VANUATU	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	36,9	223,8	74,6	176,4	560,2	1.298	193,6	1.403,2	526	480,8	1799
Exportações	36,6	221	74,4	176,2	560	1.168	193	1.402,6	500	480,8	1799
Importações	0,3	2,8	0,2	0,2	0,2	129,7	0,6	0,6	26	0	0
Saldo	36,3	218,2	74,2	176	559,8	1.038	192,4	1.402	474	480,8	1799

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nikenike Vurobaravu *Presidente de Vanuatu*



Nascido em 1964, Nikenike Vurobaravu foi eleito 12º presidente de Vanuatu em julho de 2022. Vurobaravu sempre foi participante da arena política e do serviço público e foi o primeiro embaixador itinerante de Vanuatu. Antes de ser eleito presidente, atuava como alto-comissário em Fiji. Possui formação acadêmica pela Universidade do Pacífico Sul em Ciência Política e Administração. Seu partido político é o *Vanua'aku Pati*, de orientação socialdemocrata.

Jotham Napat *Primeiro-Ministro de Vanuatu*



Nascido em 7 de agosto de 1972, Jotham Napat trabalhou como meteorologista e atuou como presidente do Comitê Nacional de Desastres após o ciclone Pam, em 2015. É membro do Parlamento de Vanuatu desde 2016 pelo distrito eleitoral de Tanna. Em fevereiro de 2025 foi eleito primeiro-ministro de Vanuatu.

Marc Ati

Ministro das Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comércio Exterior



Tendo ocupado o cargo no período 2020-2022 e em 2023, Ati voltou a chefiar a chancelaria em fevereiro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

Em junho de 2012 o então primeiro-ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o premiê não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Vanuatu apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima e faz parte dos SIDS (*Small Island Developing States*) e da AOSIS (*Alliance of Small Island States*). A prioridade do governo brasileiro ao tema augura horizontes mais claros para as relações bilaterais, ainda que persistam limitações estruturais às possibilidades de engajamento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Realizou-se, no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência. Na ocasião, em 29/08/2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificaram-se as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

Durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

Com a elevação do nível do mar, desapareceram algumas extensões de terra voltadas à agricultura e, em alguns casos, ilhas inteiras, causando a realocação da população e reduzindo a área disponível para a produção de alimentos. Um dos principais cultivos é a mandioca, cujas variedades disponíveis não estariam se adaptando bem às novas áreas e às condições climáticas atuais.

Uma forma que o governo encontrou para incentivar a produção agrícola foi o estabelecimento de programa de promoção de agricultura urbana (*backyard gardening*), realizando doações de sementes e fornecendo orientações técnicas para que a população cultivasse alimentos nas áreas residenciais. O programa foi iniciado na pandemia e permanece ativo. Também foram implantados pequenos tanques para a produção de tilápias, cujos alevinhos são distribuídos pelo governo. A escala de produção dessa espécie está limitada pelo desconhecimento de técnicas avançadas de manejo, pelo que Vanuatu manifestou interesse em cooperação em aquicultura.

Como desdobramento da missão ao país do Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico, da ABC e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a Vanuatu, em setembro de 2023, o diretor do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vanuatu, Antoine Ravo, encaminhou pedido de cooperação na forma de *concept note* para cultura de café.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Na esfera econômica e comercial, os países insulares do Pacífico Sul possuem mercados modestos, com populações pequenas e baixa renda per capita. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji ("Fiji Airways"), Vanuatu ("Air Vanuatu") e Papua Nova Guiné ("Air Niugini") já operaram aeronaves da Embraer.

Na última década, o comércio bilateral apresentou tendência de elevação, com valor médio de US\$ 500 mil, quase sempre composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Em 2021 atingiu-se o pico do intercâmbio bilateral – US\$1,4 milhão –, composto basicamente de exportações brasileiras de petróleo (US\$1,3 milhão).

Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 1,8 milhão, novo pico, composto quase integralmente por exportações brasileiras de carnes de aves. As exportações a Vanuatu apresentaram crescimento de 274% em relação a 2023, relacionado diretamente à abertura do mercado para frangos em agosto de 2023. Do valor total exportado, 98% advêm de produtos oriundos de frango, como carnes, miúdos, processados e outros derivados.

No primeiro semestre de 2025, as exportações brasileiras para Vanuatu totalizaram USD 1,06 milhões, apresentando aumento de 27% em relação ao mesmo período de 2024. A pauta exportadora manteve-se concentrada no setor de alimentos processados, especialmente carne de frango congelada e derivados. Destacam-se, dentre os principais produtos exportados: asas não desossadas de galinha congeladas (USD 318,8 mil), enchidos e produtos à base de carne (USD 229,1 mil) e carnes de frango congeladas, sem miudezas (USD 159,1 mil).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou para Vanuatu USD 2.497.962,00 e importou USD 5.981,00. As carnes de aves continuam como o principal produto vendido para Vanuatu. A maior parte das importações foram referentes a partes e acessórios de aparelhos de ortopedia.

Abertura de mercado

A Embaixada em Camberra encaminhou às autoridades vanuatenses, em agosto de 2022, proposta do MAPA de Certificado Sanitário Internacional para comércio de carne de frango. Em janeiro de 2023, o MAPA encaminhou consulta sobre possibilidade de abertura de mercado para produtos termoprocessados de aves, suínos e bovinos. A negociação que se encetou então foi fruto de demandas do setor privado brasileiro, interessado na diversificação de mercados e ciente das dificuldades relativas ao abastecimento e à segurança alimentar da população das ilhas do Pacífico. O mercado de aves era abastecido, até 2023, sobretudo por Austrália e Nova Zelândia, que exportaram, em 2022, o equivalente a USD\$ 6,9 milhões e US\$ 2 milhões.

Em agosto de 2023, o *Biosecurity Vanuatu*, aceitou os CSI propostos pelo MAPA para exportação de carne, produtos cárneos e miúdos de aves do Brasil e de carnes termoprocessadas. O modelo de CSI para carne de aves foi acatado com a ressalva de que os estabelecimentos de abate e processamento interessados estejam aprovados para exportação à União Europeia. O modelo de CSI para carnes termoprocessadas permite às autoridades de Vanuatu dispensar licença de importação.

ACORDOS BILATERAIS

Brasil e Vanuatu celebraram o Acordo de Cooperação Técnica em 2013, que entrou em vigor em março de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Como ex-colônia em status de condomínio franco-britânico, Vanuatu passou a fazer parte da *Commonwealth* e da *Comunidade da Francofonia*, bem como do Fórum das Ilhas do Pacífico, após a independência em 1980. Vanuatu é membro da ONU e de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Interpol, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia. O país também tem buscado

aproximar-se mais efetivamente da OMC, desde que abriu missão em Genebra, em 2018. O secretariado do *Melanesian Spearhead Group*, o qual objetiva o estabelecimento de área de livre comércio entre seus membros, tem sede em Port Vila.

Nos últimos anos, o acirramento da disputa estratégica entre os EUA e a China teve reflexos importantes sobre os países insulares do Pacífico e sua inserção internacional. Os governos das duas superpotências, além de países como Austrália, Nova Zelândia e Japão, têm intensificados seus esforços para ampliar a presença e influência entre os países da região.

Parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça - CIJ

Desde 2019, quando a ideia foi concebida por estudantes da Universidade do Pacífico Sul, Vanuatu passou a indicar intenção de solicitar, por meio de resolução da AGNU, parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre mudanças climáticas. O governo formou equipe de advogados internacionalistas e aprovou na AGNU pedido de opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça referente às obrigações dos Estados de protegerem direitos de gerações presentes e futuras dos impactos adversos da mudança do clima.

A CIJ emitiu, em 23/7/25, histórica opinião consultiva sobre justiça climática. Considerou, entre outros, que se trata de obrigações "erga omnes", que independem de adesão a tratados ou instrumentos multilaterais. O desrespeito a tais obrigações seria violação do direito internacional, abrindo-se caminho para responsabilização legal.

Tribunal Penal Internacional - TPI e o crime de “ecocídio”

Vanuatu, Fiji e Samoa apresentaram, em conjunto, em 9/9/24, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, que fundamenta o funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), que inclui o ecocídio, a destruição intencional do meio ambiente, como um crime internacional. A medida tem implicações políticas que devem ser avaliadas com cautela, ao permitir o julgamento de indivíduos que causaram destruição ambiental, como chefes de grandes empresas poluidoras ou líderes internacionais.

Austrália

As relações entre Vanuatu e Austrália pautam-se historicamente dentro do contexto de liderança regional australiano, reforçada periodicamente por aportes financeiros de caráter humanitário e, eventualmente, interesses econômicos e comerciais. Nos últimos anos, entretanto, essa dinâmica, como em outros países insulares da região, vem sendo afetada pela ascendência econômica e política da República Popular da China.

A caminho da 54^a reunião de Líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), em Honiara, o primeiro-ministro Anthony Albanese cumpriu visita oficial a Vanuatu, onde esperava assinar novo acordo de segurança. No entanto, a assinatura do acordo foi postergada em razão de ressalvas pela parte vanuatense. O acordo firmado prevê aporte de AUD 500 milhões (aproximadamente US\$ 328 milhões) em investimentos australianos no país insular.

China

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o então conselheiro de estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que quer estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul.

Estados Unidos

Quanto à imposição de tarifas às importações implementada pelo segundo governo Trump, as exportações de Vanuatu aos EUA receberam taxação adicional de 22%. De acordo com reportagens publicadas em mídia local, a kava é o principal produto de exportação do país para os EUA. Representantes da indústria de kava do país expressaram, em reportagem, que a taxação de 22%, embora danosa, oferece oportunidade vantajosa para Vanuatu, uma vez que o valor é menor do que o imposto sobre Fiji (32%).

POLÍTICA INTERNA

A República de Vanuatu é arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália. Tem aproximadamente 326 mil habitantes e é uma república parlamentarista.

Conhecida no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrada conjuntamente por Reino Unido e França, a partir do fim do século XIX. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. A instabilidade política marca a vida política do país, que foi governado por várias coalizões distintas nos últimos anos.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

Apesar de manter instituições democráticas e processos eleitorais aprovados por observadores internacionais, Vanuatu tem sofrido com instabilidade política, em razão de alta fragmentação do cenário político, a necessidade de ampla coalizão para a obtenção da maioria no Congresso nacional e frequentes moções de censura contra o governo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da <i>Commonwealth</i> Britânica quanto da <i>Francophonie</i> Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica.
2019	Intercâmbio de votos no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO)
2019	Visita do Professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM).
2023	Visita do D-DEJP (junho)
2024	Entrega de credenciais do Embaixador em Camberra, Fred Araújo, ao PR de Vanuatu (outubro)
2025	Ministro de Adaptação à Mudança Climática, Ralph Regenvanu, representou o país na COP30, em Belém (novembro)

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018